



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do Dia

QUARTA-FEIRA, 23 :: outubro :: 2013

GT sobre escolta de presos define medidas emergenciais

O Grupo de Trabalho criado pela Corregedoria-Geral da Justiça de Sergipe a fim de apontar soluções quanto ao cumprimento do sistema de escolta de presos para apresentação em audiências realizou na segunda-feira, dia 21, seu primeiro encontro. O grupo é composto pelo Poder Judiciário, através da Presidência e Corregedoria, Amase, Ministério Público, Defensoria Pública, OAB, Desipe/Sejuc e Polícia Militar.

O objetivo é apresentar possíveis soluções para melhor adequação da realidade frente ao cancelamento de audiências de réus presos devido ao não comparecimento da parte. Segundo dados levantados pela Corregedoria, em abril e maio deste ano, mais de 100 audiências não foram realizadas por falta de apresentação do preso requisitado. Ainda, segundo o levantamento, são marcadas uma média de 155 audiências por semana em todo o Estado.

Segundo o coronel Jackson Santos do Nascimento, comandante do policiamento da capital, a pro-



blematia está na falta de efetivo da PM para o cumprimento das escoltas. "A PM expôs e mostrou o que está sendo feito e o que pode ser feito. Temos um efetivo um tanto reduzido, de 40 policiais militares, mas queremos ser parceiros, mantendo este efetivo e otimizando o serviço para bem atender o Poder Judiciário e a sociedade".

Uma das soluções apontadas pela Sejuc, através do diretor do Desipe, Manuel Lúcio Neto, é a realização de concurso público específico, com criação de cargos, para agente de escolta. "Sugerimos que sejam criadas no mínimo 150 vagas para

agentes de escolta a fim de atender a demanda. Contudo, vamos aguardar o posicionamento do chefe do Executivo, após sugestões apontadas por este grupo".

Durante o encontro, foram definidas ações emergenciais, como a regionalização de audiências com réus presos, definidas por rotas para as comarcas do interior do Estado, além da utilização de videoconferência. Para tanto, será solicitada junto à Secretaria de Tecnologia da Informação do TJSE estudos sobre a viabilidade da construção de um sistema que alerte aos juízes o quantitativo de requi-

sições existentes, assim como a disponibilização dos equipamentos para utilização de videoconferência.

O juiz corregedor Francisco Alves Jr avaliou a realização da primeira reunião como positiva. "O aspecto mais relevante é a exposição das dificuldades por cada instituição e principalmente a demonstração de uma vontade muito grande em acertar e resolver não só o problema contingencial, como também a questão que passa, conforme avaliação do grupo, por um reaparelhamento do Executivo para enfrentar essa demanda crescente de requisições judiciais de réus presos".